



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**Mediação ativa: Práticas educativas parentais em
relação à internet no Brasil e em Portugal**

Isabela dos Santos Almeida

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da
Informação

Orientador:

Professor Doutor Tiago Lapa, Professor Auxiliar
ISCTE

Novembro, 2020

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

**Mediação ativa: Práticas educativas parentais em
relação à internet no Brasil e em Portugal**

Isabela dos Santos Almeida

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da
Informação

Orientador:

Professor Doutor Tiago Lapa, Professor Auxiliar
ISCTE

Novembro, 2020

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o culminar de meses de pesquisa, concretizado em primeiro lugar graças à perseverança da minha fé, que se tem desenvolvido ao longo da minha vida, e pela força de vontade que luto diariamente para ter.

Os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que se disponibilizaram para responder às entrevistas. Espero ter dado voz aos desafios e alegrias que têm a nível familiar e individual. Agradeço ao professor Tiago Lapa pelo seu fundamental apoio e paciência para comigo.

À minha mãe Elieida, que sempre lutou por mim, minha melhor amiga. Nas nossas diferenças encontro o nosso elo de ligação, pois é na força que transmitimos uma à outra que está o mais sincero amor e consideração. Agradeço ao João, meu padrasto, por toda amizade e por ser aquela voz apaziguadora no meio da tempestade. Obrigada por sugerir sabiamente o ISCTE como escolha para o meu mestrado. Se já não disse, saibas que tenho-te como referência. Ao meu pai Jorge, e ao meu irmão Miguel. A ti, pai, por seres quem és, meu pai, com todos os defeitos e virtudes. Porque em ti e no meu irmão encontro parte de mim também.

Aos meus colegas de estudo, dos quais terei sempre boas recordações: Rúben, Beatriz, Flávio e Marco. Desejo que os seus caminhos sejam repletos de sucesso e bênçãos.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para o amadurecimento do meu carácter, em especial Miguel, Patrícia e Pedro, vocês fizeram a diferença na minha vida. Foram parte do meu percurso por um período apenas, mas guardarei sempre no meu coração a vossa amizade.

Agradeço avô, pelo exemplo que é para mim. O avô é uma força da natureza, foi e sempre será o colo de aconchego da neta que lhe ama muito. Agradeço à família que Portugal me trouxe, Senhor João, tia Rosa e Dona Otelinda, que já não mais está entre nós. Nunca esquecerei as sopinhas de grão ou favas nos dias frios do inverno, ou as poesias do Sr. João. Muita alegria traz ao meu coração as vossas vidas.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo perceber, através da análise das entrevistas aos pais e respetivos filhos dos 7 aos 11 anos no Brasil e em Portugal, se a mediação denominada ativa permite uma análise crítica e uma resposta mais positiva por parte dos filhos sobre o que assistem quando estão online.

Para esta observação, partimos das perspectivas mais deterministas, contrapomos com autores que defendem mudanças no contexto familiar aos quais as crianças estão inseridas ou a mudança na forma como a infância é considerada pela sociedade. Estas alterações são interligadas com a necessidade de utilização frequente dos novos *media*. Torna-se então pertinente mencionar a literacia mediática e quais são os fatores que podem ser considerados para a infoexclusão. Consideraremos a compreensão como componente da literacia mediática, fundamental para a análise das entrevistas.

Como estratégia metodológica foi escolhido o método qualitativo através de entrevistas semi-diretivas, no sentido de abrir a oportunidade para opiniões e respeitar assim a busca da construção da identidade da criança, através das respostas que quisessem dispor. Como conclusão, tornou-se possível perceber que o diálogo é uma forma construtiva de analisar os conteúdos visualizados na internet. As variáveis escolaridade e literacia mediática têm influência na troca de informações entre pais e filhos. No entanto, sublinho que a pesquisa demonstrou que o esforço do diálogo, ainda que possa não ser a solução definitiva, desenvolve a capacidade crítica, essencial para uma utilização mais consciente deste instrumento chamado internet.

Palavras-chave: Internet, crianças, pais, mediação, diálogo, análise crítica

ABSTRACT

This work's objective is to understand, through the analysis of parents and children from 7 to 11 years interviews in Brasil and Portugal, if the mediation considered active allows a critical perspective and a more positive answer by children about what they watch when they are online.

For this analysis, we will start from more determinists perspectives, comparing with authors that defend changes in families contexts that children are included or the way society consider children. These changes are connected with the frequent necessity to use the new *media*. Then becomes crucial to mention media literacy and what are the factors considered for digital divide. It will be considered comprehension as component of literacy, essencial for the interviews analysis.

As methodological strategy was chosen the qualitative method through semi-directive interviews, in order to open the opportunity for opinions and respect the construction of children's identity, through their answers. As conclusion, it was possible to understand that the dialogue is a constructive way to analyse viewed contents on the internet. The variables scolarship and media literacy have influence in the change of information between parents and children. However, the research has demonstrated the effort of dialogue, even if it's not a definitive solution, develops the critical capacity, essencial to a more conscious use of this instrument called internet.

Key Words: Internet, children, parents, mediation, dialogue, critical analysis

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A INFÂNCIA NA ERA DA COMUNICAÇÃO EM REDE.....	5
CAPÍTULO 2 – NOVOS MEDIA E RELAÇÕES INTERGERACIONAIS: UMA ABORDAGEM CONTEXTUAL	8
2.1-Novos media e relações intergeracionais: Uma introdução ao conceito de literacia digital	9
CAPÍTULO 3 – ESTILOS PARENTAIS E MEDIAÇÃO	12
CAPÍTULO 4 – LITERACIA DIGITAL E INFOEXCLUSÃO: CONTINUIDADES E MUDANÇAS.....	14
CAPÍTULO 5 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS PRÁTICAS MEDIÁTICAS DAS CRIANÇAS NA UTILIZAÇÃO DA INTERNET	15
5.1 - Crescer com o telemóvel: Acessibilidade e uso.....	18
5.2 - Dados sobre a mediação nas práticas mediáticas das crianças na utilização da internet no Brasil e em Portugal	19
5.3 - Cultura das redes sociais online no Brasil: Acessos e percepções sobre a utilização	21
CAPÍTULO 6 – DISCUSSÃO METODOLÓGICA: DAR VOZ A INFÂNCIA EM DIFERENTES CONTEXTOS	22
6.1 – A análise do diálogo entre pais e filhos : Jogo de autoridade e autonomia	26
CONCLUSÃO	37
BIBLIOGRAFIA.....	39
ANEXOS.....	45
ANEXO A- Guião de entrevista para os pais.....	45
ANEXO B – Guião de entrevista para as crianças.....	47

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 6 1 - Operacionalização da teoria nas perguntas.....	24
Quadro 6 2 - Informação caracterizadora de cada entrevistado	26

INTRODUÇÃO

A infância, como hoje a conhecemos, não é a mesma que a infância dos nossos pais e dos nossos avós, mas porquê? As mudanças nesta fase da vida, pela qual todos os seres humanos passam, sendo um ponto de partida para um discurso de identidade que se cria e se estende ao longo da vida, foram seguidas por diversos estudos. Estes estudos tentam, de alguma forma, explicar as alterações que se têm desenvolvido ao longo dos anos na infância. Se por um lado, pesquisas na área da sociologia da infância e da família defendem que houve uma sentimentalização e centralização da importância da criança na família (Cunha, 2007), para além de mudanças significativas na estrutura familiar e no contexto social (Almeida, 2000), por outro lado estes estudos foram complementados com a sociologia da comunicação, ao sublinhar que tais processos foram acompanhados da crescente utilização das diversas tecnologias da informação (Cardoso 2007; 2009).

Neste novo cenário, foi possível contextualizar a infância em rede (Lapa, 2014), ao manifestar o crescimento das crianças rodeadas pelas tecnologias digitais. Esta é a principal mudança sublinhada por este trabalho, aquela que difere a infância da nova geração, comparada à infância dos seus pais ou dos seus avós. Entretanto mencionar uma diferenciação entre gerações não significa contudo justificar que há uma exclusão no conhecimento do qual os mais jovens são detentores em relação àquele que os mais velhos têm. Significa que pode haver usos diferenciados (Buckingham, 2006), que pode haver uma influência mútua nos conhecimentos de internet entre pais e filhos (Cardoso, Espanha e Lapa, 2009), e que existem diversos outros fatores que estão na génese da diferenciação do uso da internet, nomeadamente género, escolaridade, raça, localidade e também a idade (Di Maggio e Hargittai, 2001).

Se pensarmos na hierarquia tradicional entre pais e filhos, lembramos também que há um conjunto de regras que regem as atitudes dos agregados familiares (Burns e Fam (2000), e existe uma autoridade parental no núcleo familiar. Entretanto as novas tecnologias da informação trouxeram uma complementaridade das regras com a necessidade de utilização dos dispositivos móveis para aceder à internet (Dias, 2008), e um jogo de autoridade entre pais e filhos tendo em conta quem tem mais conhecimentos sobre a internet (Sala e Blanco, 2005). Portanto a pertinência da questão de partida tem

em consideração esta disputa, que pode ser positiva ou não, sobre os conhecimentos e a forma como se utiliza a internet.

A questão de partida é, nomeadamente, quais as dinâmicas que se processam no diálogo entre pais e filhos sobre os conteúdos visualizados na internet em Portugal e no Brasil? Para responder à esta questão, a revisão da literatura e a análise das entrevistas contribuirão para o debate no sentido de responder às seguintes questões subsidiárias:

- Qual a influência do contexto familiar no tipo de acesso e na mediação parental em torno do que as crianças fazem da internet?
- A percepção da diferença geracional entre pais e filhos tem influência no acesso aos conteúdos da internet pelos filhos?
- O contexto socioeconómico promove diferenciação no uso e na mediação parental da internet? Que tipo de diferenciação?
- Que tipo de literacia mediática está a ser desenvolvida na sociedade brasileira e portuguesa? Técnica ou crítica?
- Que estratégias as crianças podem desenvolver para eventualmente ganhar autonomia face ao controlo parental?

Para responder a estas perguntas, foram delineados os seguintes objetivos:

- Perceber quais são os fatores subjacentes à importância da mediação dos pais nos conteúdos que os filhos visualizam na internet.
- Perceber até que ponto as variantes idade, género, escolaridade, contexto social influenciam no tipo de mediação que é exercida pelos pais nos conteúdos online visualizados.
- Perceber se o diálogo intra-familiar promove uma avaliação mais crítica dos conteúdos acedidos pelas crianças.

A pesquisa foi baseada em entrevistas semi-diretivas à três famílias de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba no Brasil, e três famílias na Região Metropolitana de Lisboa, com crianças dos 7 aos 11 anos. Assumindo a complexidade do ser infantil e a sua busca pela identidade, conforme sublinha Saramago (2001), foi necessário utilizar

um método que desse espaço para as opiniões e observações dos entrevistados, através do método qualitativo tornou-se possível buscar encontrar o lugar que pertence à infância na modernidade, o lugar que pertence a dois mundos, o mundo lúdico infantil e o mundo tido como adquirido pelos adultos, conforme sublinha Sarmiento (2014). O método qualitativo, de acordo com Babbie (2016), dá espaço para que possamos ter um vislumbre do mundo de acordo com os olhos dos intervenientes da pesquisa, pontos de vista estes complementados pela interpretação das respostas de acordo com a teoria defendida neste trabalho.

CAPÍTULO 1 - A INFÂNCIA NA ERA DA COMUNICAÇÃO EM REDE

A presente era é marcada pela dualidade entre o real e o virtual, onde o ser humano debate-se desde tenra idade por demarcar-se, encontrar o seu território e ser autónomo. A autonomia entretanto não é espacial, não é através da obtenção de um espaço próprio, mas é através da sua singularidade enquanto indivíduo dentro de uma teia de contactos e de uma atenção repartida, sabendo que dentro da sua rotina diária estará em jogo a necessidade de visualizar conteúdos online, e se fará necessário conciliar e aprender a jogar.

Esta realidade proporciona novos desafios para os indivíduos, pois se por um lado as crianças mais novas já nasceram neste contexto e o tomam como adquirido, por outro há toda uma geração que debate-se por compreender e tentar inserir-se nesta nova realidade, da qual faz parte, contribui e se adapta progressivamente. Se considerarmos uma perspectiva mais determinista, será possível perceber que há diferenças nos acessos e nos usos, no sentido em que podemos considerar que uns têm mais competências que outros, tendo em conta critérios como socioeconómicos, etnia, género, idade ou outros. Esta desigualdade é designada digital divide ou infoexclusão. O que entretanto autores como Livingstone (2003) consideram que está na base desta diferenciação é o tipo de literacia mediática, da qual a autora sublinha quatro dimensões: o acesso às tecnologias, a análise de conteúdos, a avaliação, e a liberdade de criação.

Se aprofundarmo-nos neste conceito, encontramos Cardoso (2013) que sustenta como principal característica da literacia mediática a capacidade do indivíduo de avaliar a sua própria utilização dos conteúdos aos quais tem acesso online. Esta competência é adquirida desde cedo pelo actor infantil através do seu círculo de convívio, nomeadamente família, escola e pares. Neste círculo de convívio é que se jogam as possíveis diferenças de competências na passagem de conhecimentos entre actores, das quais importa sublinhar as diferenças de gerações. Tapscott (1998) considera que estamos perante o aparecimento de uma nova geração, a “ NET-Generation”, que distancia-se dos seus pais ou dos avós, geração mais conservadora que não compreende a agilidade, a atenção fragmentada das crianças ou a necessidade de estar sempre a jogar e visualizar constantemente o ecrã do telemóvel.

Prensky(2001) considera que estes são os imigrantes digitais, que falam uma linguagem ultrapassada e não conseguem ensinar as crianças, seja em casa ou no ensino letivo, a aprender conforme as suas capacidades. Isto porque as crianças, através dos jogos online, aprenderam novas competências, que vão desde a leitura, sendo esta hipertextual, à capacidade de absorver novos conteúdos, pois motivados através dos jogos, conseguem obter muito mais informação num curto espaço de tempo. Esta perspectiva atribui importância à tecnologia como causadora única das modificações e alterações na sociedade e nos indivíduos, sem ter em conta as mudanças no contexto pelo qual a sociedade tem vindo a passar.

Tendo em conta esta última ideia, Buckingham (2002) é uma voz que a defende e se opõe assim à ideia de que a tecnologia por si só é diferenciadora de gerações. O que este autor tem em comum com Livingstone é que ambos concordam que existe uma série de factores que estão na raiz das alterações dos comportamentos infantis, sendo um destes a intervenção que os pais têm sobre os conteúdos visualizados pelas crianças, designado de mediação parental. Portanto ao compreendermos esta relação que se estabelece entre pais e filhos, importa saber que existem diversas alterações contextuais que mudaram a estrutura da família, assim como o jogo de autonomia entre pais e filhos, do qual a internet é um instrumento ora de libertação e emancipação infantil, ora de controlo e autoridade por parte dos pais.

Cardoso, Espanha e Lapa (2009) reflectem sobre a “cultura do quarto de dormir”, da qual se conclui que o quarto tem o simbolismo de espaço seguro, longe da rua, local de perigos e insegurança. Este permitira assim que mantivessem a sua rede de contactos, confinados ao espaço privado, de onde obteriam autonomia, privacidade e liberdade. Entretanto os autores acrescentam que este espaço de emancipação não é mais físico, não através da liberdade de estar sozinho com a sua tecnologia, mas através da liberdade dentro do espaço virtual, os contactos que cria, a imagem que reflecte, a autonomia e competências que ganha dentro do espaço virtual.

Para se conseguir uma análise mais abrangente da contextualização da infância, é necessária uma visão em conjunto de vários saberes da sociologia. Em acréscimo, será essencial compreender como a evolução do sistema dos *media* tem sido incorporada no dia-a-dia pelos agregados familiares. Importa destacar que os estudos sobre educação têm influência nos estudos sobre a infância (Sarmiento e Pinto, 1997; Pinto e Sarmiento,

1999). Entretanto, estudar a infância de forma autónoma só foi possível ainda através da complementaridade com estudos da família, devido a alguns indicadores importantes de mudança das famílias, com influência nos comportamentos infantis: filhos a menos, sentimentalização da vida familiar e da relação com as crianças (Cunha, 2007), aumento dos indicadores de divórcio e dos processos de recomposição familiar, que têm provocado a consideração das crianças como agentes ativos na constituição familiar (Lobo; 1995, Torres, 1996; Almeida, 2000).

Inicia-se uma atenção e um estudo crescente sobre o processo de autonomização das crianças e dos adolescentes, que entretanto Pais (1998) e Pappámikail (2004) contrapõem a crescente autonomia existencial das crianças com a situação de dependência financeira face aos pais. Estudar a importância dos novos media nas vidas das crianças tem a sua génese na sociologia da comunicação, de forma que esta área é também uma área de estudo da sociologia da infância. Surge com estudos sobre a programação televisiva para crianças (Ponte, 2008) ou o papel da televisão na organização dos quadros infantis e familiares (Pereira, 1998; Pinto 2000, 2002). A investigação em Portugal, neste âmbito, tem início no estudo sobre a presença do telemóvel no quotidiano (Dias, 2008) e também na análise da representação das crianças num sistema de media complexo, e organizado em rede, cujas redes dominantes são compostas em torno da televisão e da internet (Cardoso, 2006; Cardoso *et. al* 2007).

Relembremos então a importância da sociologia da família para a sociologia da infância. Destaca-se que em Portugal a sociologia da família está associada à sociologia das gerações. O estudo das gerações tem se desenvolvido com “a análise da configuração e diversidade das trajectórias familiares de homens e de mulheres de diferentes gerações, e do impacto destas trajectórias na rede de relações familiares e sociais dos indivíduos” (Guerreiro 1998 *apud* Lapa 2014: 19). No entanto, estudar as gerações implica também considerar o sistema de valores dos indivíduos e as suas mudanças ao longo do tempo, sobre os quais Almeida (1996) e Almeida *et. al* (1990) vão apontar a existência de clivagens geracionais no sistema de valores.

Os contrastes geracionais também são um foco de análise da emergente sociologia da comunicação, quando Cardoso (2006) distingue empiricamente segmentos geracionais, mas não de forma conflitual, pois considera “traços intergeracionais comuns na relação com as diferentes tecnologias” (Cardoso 2006 *apud* Lapa 2014.: 19).

De acordo com Lapa (2014), estudos complementares apontam a capacidade da criança enquanto indivíduo, tendo em conta o impacto da interligação entre as mudanças na concepção de família, infância e a influência dos media sobre a infância, com potencial então das crianças para a mudança social.

CAPÍTULO 2 – NOVOS MEDIA E RELAÇÕES INTERGERACIONAIS: UMA ABORDAGEM CONTEXTUAL

A defesa de que está a ganhar importância um novo modelo de comunicação denominado comunicação em rede (Ortoleva, 2004; Cardoso, 2006), não implica que deixe de existir as outras práticas comunicacionais, mas antes que passará a haver um modelo que se agregará nos demais. Este novo modelo não nega a importância da televisão como meio de comunicação dominante, mas de acordo com Livingstone (2002), sendo a televisão um meio de comunicação de massas, vai contrastar com a interatividade dos novos media, favorável às crianças.

Tendo em conta a importância do estudo dos novos media, as investigações que sugerem uma ligação entre este estudo e a sociologia das gerações (Valkenburg, Schouten e Peter, 2005; Lee, 2005; Bryant *et al.*, 2006; Taberner *et al.*, 2008) vão fazer emergir a questão sobre até que ponto na sociedade contemporânea os media são um elemento central na definição de geração e na constituição de uma memória coletiva (Lapa 2014: 31). A associação entre a importância da existência de uma memória coletiva e a constituição de gerações foi lançada por Mannheim (1952) no sentido em que entende as gerações como influenciadas por acontecimentos históricos marcantes, e criam uma memória destes acontecimentos. Se tivermos em conta abordagens mais tradicionais como a de Bourdieu (1986), a diferença geracional será colocada em segundo plano, tratada como menos importante pelo autor, ao sublinhar que mais importantes são as diferenças que existem dentro de uma mesma geração. Entretanto, nas pesquisas onde as diferenças entre gerações são consideradas, espera-se que seja possível observar mudança social na passagem de uma geração para a outra. (Nico 2014 *apud* Lapa 2014:32)

Aroldi e Colombo (2003, 2007) e Cardoso (2006) consideram a abordagem geracional substituindo a criação de memória à partir dos eventos históricos pelas formas diferenciadas de utilização dos media. Os autores Aroldi e Colombo (2003,

2007) consideram então a infância e adolescência como etapas fundamentais para estas aprendizagens dos media, de forma a construir uma memória à partir destas tecnologias. Cardoso (2006) por sua vez considera designar a geração de jovens que nasceram nos anos 80 ou posteriormente por geração multimédia, mas acredita que esta diferenciação coincide com a chamada geração informacional, socializada desde a infância com os computadores em rede em casa ou na escola.

Esta consideração de Cardoso (2006) levanta então a questão se deverá ser admitida a diferença entre gerações, e se o termo “conflito de gerações”, associado à popularização de uma certa estranheza face às subculturas juvenis, fará sentido. Smith (2005) sustenta que quanto aos valores e atitudes sociais dos jovens de hoje não são tão distintos como no passado. Entretanto Torres e Lapa (2010) contrapõem esta afirmação, pois consideram estas diferenças em países que passaram por processos de mudança social rápidos e profundos, como Portugal.

Lapa (2014) acrescenta que gerações não são formações estanques, e o seu conceito poderá não estar adquirido, e não implica uma identidade única (2014: 32). Adiciona outras considerações, sendo a primeira o destaque para o fato de a relação desigual entre gerações ser uma característica estrutural da sociedade. A segunda consideração é o apelo ao contexto familiar, apontando para a importância dos recursos e da posição social da família. Neste sentido, destaca que nas famílias mais desfavorecidas é mais provável que a internet surja como domínio privilegiado das crianças, e nas famílias mais favorecidas, a tendência é para que a internet seja utilizada como plataforma familiar.

2.1-Novos media e relações intergeracionais: Uma introdução ao conceito de literacia digital

Quando abordamos a existência de uma infância em rede, impõe-se também a questão de saber o que será feito da geração anterior? Estará incluída nesta rede? Importa considerar que os estudos sobre a utilização da internet desenvolveram-se, permitiram debater, questionar, e reequacionar a conceptualização. Portanto estudos anteriores, como Tapscott (1998) e Prensky (2001), sugerem um determinismo tecnológico, na medida em que Tapscott (1998) irá subdividir a evolução da internet por

gerações. Seu argumento é de que a “geração digital” seria a mais desenvolvida em termos de competências para o uso da internet, e Prensky (2001) desenvolve o argumento, ao sustentar que os que não são geração digital são os imigrantes digitais, uma geração ultrapassada, que não percebe as competências dos novos nativos e não sabe ensiná-los de acordo com a sua capacidade, já que os nativos digitais fazem várias actividades simultâneas, preferem leitura em hipertexto, têm uma percepção paralela na aprendizagem.

A questão geracional é abordada por Cardoso (2007) quando sugere considerar a geração pós-televisão, à partir dos anos 80, de geração multimédia ou informacional, na medida que desde cedo já obteve contacto com a internet. Mas não é um conceito estanque, ou que se subdivide em outras categorizações, já que não existe de facto uma consciência geracional, da mesma forma que exista divisões de classe mas não uma consciência de classe.

Esta abordagem permite-nos começar a questionar até que ponto diferenças geracionais influenciam e condicionam a utilização da internet. Aroldi e Colombo (2007) adiantam que a utilização da internet pelos indivíduos é multigeracional, na medida em que deixamos de ser manipulados pela tecnologia, e passamos a domesticá-la. Domesticar a tecnologia implica que cada um dos indivíduos do agregado familiar terá o seu aparelho tecnológico e fará com este o que deseja, da maneira que deseja, argumento sustentado por Silverstone (2004). Compreender esta mudança de paradigma implica também compreender que nem todos vão domesticar a tecnologia da mesma forma, e que o seu uso será diferenciado. Cardoso, Espanha e Araújo (2009) abordam as diferentes dietas mediáticas dos portugueses, que variam consoante o período de tempo estudado, e às especificidades dos indivíduos.

Lapa (2014) faz referência a Eco 2004b ao argumentar que o espírito geracional estará visível na diferença do tipo de conteúdos produzidos (Eco 2004b *apud* Lapa 2014: 34). Ao mencionarmos as diferenças em termos de tipos de conteúdos produzidos, importa sublinhar que Lapa (2014) explica que o conceito multidimensional de literacia engloba desde os tipos de acesso e as formas de uso, até aos processos críticos e avaliativos (2014: 212). Vieira (2008) refere que uma das características da literacia é a capacitação dos cidadãos “com o pensamento crítico e com a aptidão para resolver problemas de maneira criativa, de modo a torna-los produtores e consumidores

críticos de conteúdos” (2008: 4). Podemos então perceber que o tipo de literacia dos agregados familiares terá repercussão direta no tipo de utilização da internet.

Entretanto, a característica apontada por alguns autores de “conflito geracional” poderá ou não se verificar, pois será a internet a causadora de conflitos? Ou será o palco onde as crianças, que já apresentam dissidências dos pais devido à transição da infância para adolescência, criam um espaço de autonomia e identidade?

Primeiramente importa tentar perceber, se tivermos em conta a internet como de facto um espaço de autonomia e identidade, como que as crianças vão obter esta afirmação face aos pais, através de que tipo de utilização. Cardoso, Espanha e Lapa (2009) explicam que houve um declínio do convívio entre pais e filhos, já que a designada “cultura do quarto de dormir” implica que os filhos passem mais tempo nos seus quartos a utilizar os aparelhos tecnológicos, nomeadamente telemóvel, computador ou tablet. Esta proximidade com a internet permite o questionamento sobre quem exerce a autoridade na família, já que poderá haver uma inversão de papéis, no sentido em que os filhos são os que obtêm maior conhecimento e domínio sobre os aparelhos tecnológicos em casa. Este raciocínio é sublinhado por Merowitz (1995) e Sala e Blanco (2005). Portanto pode haver uma “contaminação” vertical de cima para baixo, ou seja dos pais para os filhos, ou de baixo para cima, dos filhos para os pais, ou mesmo “contaminações múltiplas entre gerações”, ou diferentes domesticações, tendo em conta a subcultura juvenil (2009:176)

De forma que Cardoso, Espanha e Lapa (2013) introduzem uma nova perspectiva, no sentido em que afirmam poder existir um uso diferenciado da internet, ou seja as crianças fazem um uso mais lúdico e os pais fazem um uso mais instrumental da internet (2013: 126). Então a questão da autoridade já poderá ser questionada, pois não se trata de um uso melhor ou pior dos indivíduos, mas um uso diferenciado.

Importa perceber então qual a influência que a utilização da internet pelos pais exerce sobre os filhos. Para perceber esta questão será essencial entender qual o tipo de literacia que os pais têm sobre a internet, ou seja o tipo de conhecimento sobre a internet. Este conhecimento poderá influenciar directamente a utilização que os filhos fazem da internet. Para além da competência técnica, será necessário perceber se há uma reflexão sobre a utilização da internet, conforme sublinha Cardoso (2013). Esta

reflexão se refletirá no tipo de diálogo que se estabelece entre pais e filhos, na produção de conteúdos e na possível obtenção de competências através desta plataforma.

A influência da utilização da internet dos pais para os filhos poderá ocorrer na forma como os pais abordam o tema dos conteúdos visualizados na internet, sendo assim essencial estudar a mediação parental. Sobre este tema, Weber *et. al* 2006, Horzum e Bektas (2013), Ponte *et. al* (2018) vão sugerir estilos parentais e tipos de mediação. Será necessário perceber se a forma como os pais ensinam os filhos sobre a utilização correta da internet promoverá uma reflexão crítica no contexto familiar, não apenas a noção do perigo, mas a percepção do porquê da existência daquele perigo e porque é necessário evitar aquele perigo, um risco muitas vezes invisível, que poderá não trazer dano (Ponte, 2005) mas trará implicações no indivíduo, ao nível da sua percepção, e na sua convivialidade?

CAPÍTULO 3 – ESTILOS PARENTAIS E MEDIAÇÃO

Horzum e Bektas (2013), enunciam os tipos de estilo parental, nomeadamente o estilo parental permissivo, no qual os pais se submetem àquilo que as crianças querem e não colocam qualquer restrição. O estilo parental *laissez-faire*, que reflete pouco controlo, o estilo parental autoritativo, no qual os pais estabelecem regras claras, e têm expectativa de que as crianças sejam responsáveis e se auto-regulem. Finalmente o estilo parental autoritário, que exige obediência incondicional.

Weber *et al.* (2006) destaca a diferença entre os conceitos de estilo parental e práticas parentais. Práticas parentais correspondem a comportamentos, estratégias usadas para suprimir comportamentos considerados inadequados. Já os estilos correspondem a manifestações dos pais para com os filhos que caracterizam a natureza da relação entre eles.

Ponte *et al*, (2018) cita os seguintes tipos de mediação, que também poderá designar-se estratégias para lidar com a utilização dos media digitais: A proibição restritiva, cuja ação dos pais é proibir a visualização de determinados conteúdos ou controlar através de programas específicos as atividades dos filhos. A mediação ativa é aquela através da qual os pais e os filhos trocam opiniões sobre os conteúdos visualizados e os pais explicam o porquê da proibição sobre a exposição a certos

conteúdos. Sublinha a importância da compreensão e da reflexão sobre os conteúdos visualizados através deste tipo de mediação, e acrescenta então a visualização de conteúdos partilhada.

Ponte e Batista (2019) também somam a mediação “de baixo”, à partir da qual os filhos tomam a iniciativa de partilhar os conteúdos visualizados com os seus pais, e a mediação técnica, que significa o controlo parental através de filtros aos conteúdos visualizados na internet pela criança. Ponte *et al*, (2018) sublinham que a mediação técnica poderá ser exercida através da instalação de um software ou outras ferramentas técnicas que ajudam os pais a monitorar a visualização de conteúdos dos filhos na internet. Este tipo de mediação é considerado pelo estudo a menos comum.

Weber *et al.*(2006) enuncia a formulação de três protótipos parentais, o permissivo, o autoritário e o autoritativo. O permissivo corresponde àquele no qual os pais cobram pouca responsabilidade da criança. O autoritário corresponde àquele no qual os pais controlam e avaliam o comportamento dos filhos através de padrões. Já o autoritativo corresponde à procura dos pais por direccionar as atividades da criança, avaliando o ponto de vista dela.

As mediações activa, restritiva e de co-uso (uso acompanhado) também são citadas em dois estudos referidos por Ferreira (2017), sendo as mediações activa e restritiva referidas como complementares pelos autores Blum-Ross e Livingstone, (2016). Entretanto, de acordo com Simões *et.al* (2014), foi possível perceber que a mediação activa é a principal forma de mediação do uso da internet em Portugal, já que três quartos dos respondentes (73%) apontam esta mediação.

Fu *et al.* (2020) considera que a mediação activa é frequentemente considerada como uma abordagem comunicacional aberta e positiva. Afirma que de acordo com a teoria dos padrões de comunicação familiar, (FCPT), a comunicação entre os membros da família pode promover entendimentos partilhados, pode resultar em crenças mútuas e consequentemente reduzir tensões e conflitos. Ser exposto aos pensamentos dos pais pode propiciar a que os adolescentes comprometam-se com pensamento crítico, e acrescenta que tal corresponderá a um ajuste comportamental, para condizer com as expectativas dos pais.

CAPÍTULO 4 – LITERACIA DIGITAL E INFOEXCLUSÃO: CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Sobre o conceito de literacia, Phuapan *et. al* (2015) indica a importância do manuseio de informação, avaliação da informação e criação de conhecimento, enquanto Livingstone (2003) destaca o acesso, a análise, a avaliação e criação de mensagens. Entretanto Cardoso (2013) contribuirá para o debate sobre literacia ao mencionar a questão da avaliação crítica. Na base deste argumento está o pensar sobre a utilização da internet, e avaliar esta utilização criticamente, o que se poderá dimensionar como superior às competências técnicas de utilização. De forma que o autor sugere que as questões relacionadas à desigualdade digital poderão não mais estar centradas no acesso, e sim na forma como se utiliza e pensa sobre as tecnologias digitais.

Vieira (2008) reforça este parâmetro da avaliação crítica, o qual intitula como compreensão, que define como “a capacidade para compreender/interpretar e ter uma atitude crítica relativamente ao conteúdo dos media” (2008: 5). Lopes (2011) ao centrar-se no conceito de Educação para os média (EPM), diferencia-o de literacia mediática, no sentido em que educação para os média refere-se à “prática de ensino e aprendizagem”, enquanto literacia mediática “é o resultado desse processo” (2011: 46). Portanto torna-se pertinente compreender as competências adquiridas ou colocadas em prática pelas crianças na utilização da internet, pois será importante no tipo de utilização que as crianças fazem deste instrumento e o tipo de conhecimentos que adquirem, como destaca Ponte *et. al* (2018) no estudo quantitativo e qualitativo em Portugal.

Vimos anteriormente que o tipo de literacia dos agregados familiares e do contexto familiar como um todo é essencial no tipo de uso que será feito da tecnologia, e que tal ponto joga com os papéis de autoridade em casa e na luta pela autonomia da criança. Gee (2008) vai acrescentar uma nova dimensão às características de literacia aqui apresentadas, isto é, a aprendizagem através de videojogos, no sentido de reforçar aquelas que são as diferenças no tipo de aprendizagens que os indivíduos estão a adquirir. Verniers (2009) destaca o cerne do debate sobre literacia, ao mencionar que não se trata mais de um conceito individual, mas parte integrante de um abrangente processo educativo, que resulta também num maior envolvimento cívico dos cidadãos (2009: 43). Autores como Crystal (2006) vão sugerir que a internet proporcionou um novo espaço para a leitura e cultura da escrita, um espaço repleto de possibilidades.

Cardoso, Espanha e Lapa (2009) sublinham a importância da socialização mediática dos jovens ser acompanhada pelos pais e educadores. Sugerem que a internet seja um instrumento para complementar os manuais escolares, ou colocar um novo desafio ao que é ensinado através de informações contraditórias, e possibilitar uma literacia mais abrangente. Esta literacia deve inserir não só os jovens mas também àqueles que os ensinam (2009: 181).

Portanto pensando neste processo macrosocial de aprendizagem, importa questionar quem são os infoexcluídos. Quais são os factores que levam os indivíduos a estarem menos preparados para pertencerem e criarem conteúdos neste contexto digital?

Abordar o tema da exclusão nos primórdios da utilização da internet significava diferenças em termos de acesso. Entretanto estudos mais recentes, como o de Di Maggio e Hargittai (2001) e Peter e Valkenburg (2006), vão incluir outros aspectos, como os tipos diferenciados de uso (Peter e Valkenburg, 2006), e ainda outras diferenciações, como questões de uso técnico, autonomia, competência, suporte social e propósito (Di Maggio e Hargittai 2001). Abordar a infoexclusão significa pensar qual o comportamento do indivíduo que faz uso da internet e quais os seus recursos, quais as características do indivíduo, o que é capaz de fazer quando está online. Podemos relacionar estas perspectivas com um determinismo social, mencionado por Peter e Valkenburg (2006), o que significa que a predisposição do indivíduo pode condicionar o uso da internet. Este uso será diferenciado consoante o contexto cultural e socioeconómico, pois quanto maior o privilégio, maior a probabilidade de a utilização da internet estar voltada para a busca de informação, enquanto quanto menor for o privilégio, o uso será mais voltado para o entretenimento. Di Maggio e Hargittai (2001) distinguem os privilegiados consoante serem brancos, o nível educacional, a raça, o local de residência e o género. Estes autores também destacam outros tipos de desigualdade, como na capacidade de integrar conhecimentos, capacidades técnicas, o tipo de pesquisas ou o conhecimento de contexto (Di Maggio e Hargittai 2001).

CAPÍTULO 5 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS PRÁTICAS MEDIÁTICAS DAS CRIANÇAS NA UTILIZAÇÃO DA INTERNET

A emergência da análise sobre os usos dos media está associada ao efeito dos media na promoção da violência (Wartella e Reeves, 2003). À partir deste ponto,

importa entender que uma das correntes principais sobre a relação das crianças com os media emerge à partir do estudo do efeito dos media, a “agulha hipodérmica”, focados nos efeitos diretos dos media, e que reproduzem a lógica behaviorista de estímulo-efeito (Gunter, 2000; Wartella e Reeves, 2003). Este é um modelo caracterizado pelos impactos de curto prazo dos media, onde tendencialmente se adota uma postura que coloca as audiências, em particular as crianças, numa posição essencialmente passiva, entendendo-a como uma “massa atomística” (Katz e Lazarsfeld, 1955).

Esta conclusão obscurece a capacidade sociocognitiva das crianças enquanto produtoras dos seus próprios elementos culturais, enfatizada por outros autores que abordam a sociologia da infância (Qvortrup 1994; Saramago, 2001; Sarmiento, 2004). As críticas ao modelo hipodérmico levaram a reformulações analíticas, sendo a questão dos efeitos dos media confrontada com dificuldades conceituais e metodológicas. Scheufele (1999), Silverstone (2007) e Wartella e Reeves (2003) fazem críticas ao modelo hipodérmico. Na base destas críticas está o fato deste conceito não abranger todos os contextos (Scheufele, 1999), estar pouco explícita a objetividade, cuja crítica de Silverstone (2007) aborda questões de ética e moral, enquanto Wartella e Reeves (2003) questionam a percepção diferenciada deste conceito tendo em conta tratar-se de adultos ou crianças.

Para esta reflexão insuficiente sobre o conceito (Lapa 2014) tem contribuído o uso diário dos novos media pelos indivíduos (internet, telemóveis, etc.), cujos efeitos têm estendido a noção de risco, como o de infoexclusão (Schiller, 1996; Livingstone e Bovill, 2001a), isolamento social (Jordan, 2002), viciação (Vieira, 2008). Entretanto o foco nos riscos deixa de fora outros efeitos, como a partilha ritual de significados comuns (Alexander, 1986) ou a contribuição dos media para a estruturação das rotinas diárias com impacto na segurança ontológica dos indivíduos (Silverstone, 1994 *apud* Lapa 2014: 22).

Numa lógica de longo prazo, atendendo à necessidade de ter em conta impactos mais profundos, Pereira (1998) estuda a televisão como parte integrante do quotidiano e da vida familiar. Por sua vez, Silverstone (1994) tenta desenvolver a ideia partindo do pressuposto que num mundo social gerador de ansiedades, as pessoas procuram na televisão a segurança que lhes falta nas suas rotinas. Entretanto, estudos posteriores mostram a importância de outros dispositivos, como o telemóvel, para a organização

das suas rotinas, através da microcoordenação (Coordenação prática da vida quotidiana) (Lasen, 2001) e da hipercoordenação (interação social e emocional) (Ling e Yttri 2000, 2002).

Quanto à internet, Dicknson *et al.* (2001) e Tabernero *et al.* (2008) tentam perceber o seu uso no contexto familiar. Importa entretanto estudar o uso dos media em combinação (Livingstone e Bovill, 2001b) ou em rede (Cardoso 2006; Cardoso *et al.* 2009), já que se trata de um contexto mediaticamente saturado (Jordan, 2002).

Na análise sobre os efeitos, surgem entretanto outros problemas sociológicos, como as motivações que levam as crianças a utilizar os media de determinada forma. Neste sentido, Cunha (2007) aborda a sentimentalização das famílias e o lugar central que a criança ocupa, Áries (1981) foca-se na mudança tradicional da estrutura familiar e individualização dos membros do agregado, enquanto Silva e Smart (1999) questionam as mudanças dentro das normas da família.

Ao voltarmos o nosso foco para a infância, percebemos que há variáveis que a intersejam, como sexo, idade, classe social de origem, espaço geográfico, nível de escolaridade. Sarmento (2004) entretanto acredita que “há uma universalidade das culturas infantis que ultrapassa consideravelmente os limites da intersecção local de cada criança”.

Jordan (2009) “integra conceitos da sociologia da infância na análise dos media”, ao focar-se no papel que cada agregado familiar assume, atendendo às “dimensões estruturais e sociais do sistema familiar” como a estruturação do espaço e do tempo em causa, a interação entre membros do agregado, os papéis de género, o desenvolvimento identitário das crianças e as estratégias parentais de mediação (Lapa 2014: 23). Entretanto fora das considerações de Jordan ficaram as mudanças na representação contemporânea da família. Em Portugal, entre os autores que estudaram sobre as implicações sociais da emergência dos novos media, alguns deles são mencionados com mais profundidade ao longo deste trabalho, nomeadamente Vieira (2008), Lopes (2011), Cardoso (2006) e Cardoso *et al.* (2007).

5.1 - Crescer com o telemóvel: Acessibilidade e uso

O uso do telemóvel trouxe novas questões em termos de autonomia e independência, pois se antes o espaço infantil estava limitado ao quarto de dormir, e era neste espaço que a criança alcançava uma afirmação face aos pais, o telemóvel veio questionar esta limitação espacial, pois o uso deste aparelho permite uma interação entre o contexto público e privado (Vaz, 2016), na medida em que as crianças podem utilizar o aparelho em qualquer lugar. Ou seja, a afirmação do indivíduo não está limitada a um espaço físico, mas se insere num espaço virtual, que comunica e se justapõe com o espaço físico (Haddon 2002). O espaço privado é então demarcado pelo telemóvel, e é através do telemóvel que existe um espaço de auto-expressão e identidade do indivíduo. Tal é expresso por exemplo através do envio de fotografias para os amigos e familiares, ou através do envio de mensagens. Estas interações permitem uma alteração do tipo de linguagem, tornando-a mais simbólica e expressiva apenas para os indivíduos que a partilham (Taylor e Halper, 2001).

Entretanto a questão torna-se cada vez mais contraditória, conforme sublinha Cardoso, Espanha e Lapa (2009) no sentido em que os jovens lutam por esta autonomia existencial, mas ao mesmo tempo estão dependentes financeiramente dos pais, que são aqueles que compram ou disponibilizam dinheiro para a compra do aparelho. Mas esta luta por autonomia é mais abrangente, no sentido em que se incluirmos o fator idade, percebemos que os pré-adolescentes são mais controlados pelos pais no uso do telemóvel. Torna-se então possível afirmar que os telemóveis para esta faixa-etária são um instrumento de controlo dos pais, enquanto que para os adolescentes são um instrumento de autonomia e demarcação para os jovens em relação aos pais. Cardoso, Espanha e Lapa (2009) sustentam mesmo que o uso do telemóvel pelas crianças dos 7 aos 10 anos é mais pragmático, usado como um brinquedo ou consola de jogos. A diferença não se reflecte apenas na idade, mas também no género, já que os autores sustentam que as raparigas conferem maior valor afectivo e subjetivo ao telemóvel (2009: 118).

Ling e Yttri (2002) descrevem a hipercoordenação, uma característica dos jovens que os possibilita coordenar as comunicações sociais e emocionais. De facto a comunicação pelo telemóvel permite que esta seja mais ponderada e pensada, e se pensarmos no impacto que ela tem nas relações, e na forma como as podem alterar e

marcar, percebemos que o telemóvel tem um grande impacto na sociedade (2009: 116). Para além da possibilidade de personalização, ou seja darmos ao aparelho características nossas, por exemplo através da foto de ecrã que colocamos, também pode ser uma companhia multifuncional, conforme sublinha Plant (2001). Esta necessidade de estarmos todo o tempo acompanhados pelo aparelho é o que cria a dependência, molda o nosso comportamento, e possibilita questionar, mais do que a dependência, o impacto desta sobre o estado emocional dos jovens.

O serviço móvel de acesso à internet em Portugal atingiu os 7,2 milhões de utilizadores, no final do 1º semestre de 2018, uma subida de 6,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que corresponde a uma penetração de cerca de 70 por 100 habitantes. No primeiro semestre de 2018, a taxa de penetração do serviço móvel ascendia a 168 por 100 habitantes, o que corresponderia a uma taxa de penetração de 118,1 (Anacom, 2018).

5.2 - Dados sobre a mediação nas práticas mediáticas das crianças na utilização da internet no Brasil e em Portugal

Este capítulo tem como objectivo apresentar os resultados de alguns estudos realizados em Portugal, nomeadamente o estudo Net Children Go Mobile, Boom Digital (Crianças 3-8 anos), estudo realizado pela ERC juntamente com investigadores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa coordenada pela professora Cristina Ponte e EU KIDS ONLINE, que iniciado em 2006, reúne investigadores de 33 países, cujo estudo em Portugal foi conduzido por Cristina Ponte e Susana Batista, com crianças dos 9 aos 17 anos.

De acordo com Simões *et. al* (2014), perto de três quartos dos respondentes (74%) apontam a mediação ativa nas suas famílias em Portugal. As mediações ativas menos reportadas são o incentivo a que os filhos explorem coisas na internet (45%) e que façam coisas em conjunto (43%) (Simões *et. al* 2014: 43). Pelo menos três quartos dos respondentes referiram que são praticadas pelo menos duas formas de mediação ativa nos seus lares, sendo que a execução deste tipo de mediação para a realização de atividades seguras na internet foram reportados por 68% dos respondentes, valor que corresponde ao da Roménia, um dos mais baixos dos países abrangidos pelo estudo.

De facto este tipo de conversas e orientações sobre as actividades realizadas online, são mais referidas pelas raparigas do que pelos rapazes (Simões et. al 2014: 43). Serão também encontradas diferenças em termos de respostas de acordo com o estatuto socioeconómico, já que 63% das famílias com baixo estatuto socioeconómico apontam esta mediação, enquanto 85-86% são apontados nos outros estatutos (Simões et. al 2014: 43).

A mediação restritiva é aquela que surge em primeiro lugar, e incide sobretudo nas compras online e no revelar de informação pessoal (Simões et. al 2014: 44), variando entre 96% nas crianças dos 9-10 anos e 63% entre os 15 e os 16 anos. Já a mediação técnica era a menos referida, em Portugal referida por menos de um quarto dos pais (23%), sendo mais comum em famílias de estatuto socioeconómico mais elevado (Simões et. al 2014: 44).

Já Ponte e Batista (2019) apontam que uma em cinco crianças afirmaram que os seus pais “encorajam com frequência a explorar e a aprender coisas na internet de modo autónomo”. Apenas cerca de um terço (31%) refere dizer aos pais com frequência o que faz na internet. Também é um valor mais reportado por raparigas (35%) do que por rapazes (27%) (Ponte e Batista, 2019: 51). Perto da metade dos inquiridos recebe conselhos dos pais sobre como utilizar a internet de forma segura, e os mais novos, dos 9 aos 12 anos, são os que reportam receber mais conselhos dos pais (Ponte e Batista, 2019: 51). São apontadas também diferenças significativas de género nos conselhos que os pais dão aos filhos, no sentido em que as raparigas são as que recebem mais conselhos em detrimento dos rapazes.

Sobre a iniciativa das crianças de conversar com os pais sobre os conteúdos da internet, é mais frequente observar os filhos a explicarem como aceder a conteúdos para os seus pais do que a pedir ajuda sobre o acesso e utilização de conteúdos (apenas um quarto admitiu esta iniciativa), características que também variam com a idade e género.

Quase todos os inquiridos admitem que lhes seja permitido aceder a redes sociais online, fazer download de músicas e filmes e utilizar a webcam, sendo as restrições mais elevadas entre os mais novos (9-12 anos), mais ainda assim, a sua maioria nesta faixa etária pode fazer uso de redes sociais online. (Ponte e Batista, 2019: 52).

Quanto ao uso de filtros para os conteúdos, apenas um quinto dos pais reportou esta utilização, e há diferenças claras de género, pois as raparigas são as que mais afirmam a restrição de conteúdos pelos seus pais (Ponte e Batista, 2019: 52).

No Brasil, a pesquisa TIC KIDS ONLINE de 2018 aponta que as medidas restritivas quanto ao uso do celular são sobretudo apontadas entre os mais novos (2018: 126). Entre as crianças dos 9 aos 10 anos (2018: 126), 71% afirmam que os seus pais olham para o telemóvel no sentido de observar o que estão a fazer, 77% afirmam que há regras para o uso do telemóvel e foi possível também observar que o incentivo para fazer coisas novas é menor para as crianças dos 9 aos 10 anos, cuja percentagem é de 37% (2018: 126). As raparigas também são apontadas pela pesquisa como aquelas que recebem maiores práticas de mediação (2018: 126).

5.3 - Cultura das redes sociais online no Brasil: Acessos e percepções sobre a utilização

De acordo com o estudo TIC KIDS ONLINE, dos 24, 3 milhões de usuários da internet entre 9 e 17 anos, 20 milhões reportaram ter perfis em redes sociais, 82% dos investigados, sendo que na população dos 15 aos 17 anos quase a sua totalidade 97% admitiu utilizar redes sociais. De acordo com esta pesquisa, os contextos socioeconómicos e regionais influenciam nos dados, já que as populações de áreas rurais e de regiões mais afastadas das capitais mais urbanas, como o norte, ou tendo em consideração os contextos sociais mais baixos, foram estes os que reportaram menos uso de redes sociais (2018: 125)

Os dados apontam para o whatsapp como a rede social mais utilizada pelas crianças e adolescentes no Brasil (70%). O facebook foi considerada a principal rede social por 40% da população, apesar da diminuição do número de pessoas dos 9 aos 17 que afirmam possuir esta rede social. Já o instagram foi a rede social da qual se apontou o maior crescimento de usuários desta faixa etária, ainda que o maior número de usuários seja das classes sociais mais altas (2018: 127).

Tendo em conta o factor idade e sexo, os jovens mais adultos são aqueles que apresentam mais perfis em redes sociais, já com relação à diferença entre meninas e rapazes são as raparigas quem possuem mais perfis em redes sociais.

Embora predominem entre as crianças dos 9 aos 10 anos de idade a utilização de perfis públicos nas redes sociais e não privados, houve uma diminuição significativa da utilização de fotos de perfis que se possam ver bem o rosto, de 69% em 2016 para 37% em 2018. Dos 11 aos 17 anos, 63% sabem alterar as suas configurações de privacidade do perfil da rede social (2018: 129).

Quanto a saber que tipo de conteúdos deve ser partilhado nas redes sociais 88% das crianças afirmaram ter este conhecimento. Entretanto dos professores que fazem a monitorização dos conteúdos partilhados pelas crianças, apenas 32% dos entrevistados consideravam que os alunos sabiam avaliar as informações que deviam ser partilhadas na internet (2018: 130).

Lenhart (2010) afirma que é comum entre os jovens comentar publicações e fotos de amigos, sendo um número expressivo aqueles que de acordo com a sua pesquisa o fazem, assim como também o envio de mensagens para os amigos. A pesquisa de Lenhart (2010) também demonstrou que o número de publicações de conteúdos criativos pouco sofreu alteração entre os jovens, e este valor também não sofre variação consoante raça, género, idade ou fatores socioeconómicos ou nível educacional dos pais (2010: 23).

CAPÍTULO 6 – DISCUSSÃO METODOLÓGICA: DAR VOZ A INFÂNCIA EM DIFERENTES CONTEXTOS

O objetivo desta investigação consiste em estudar as respostas dos progenitores, tanto do pai como da mãe, e das crianças, dos 7 aos 11 anos, pertencentes ao primeiro e segundo ciclos do ensino básico. Importa referenciar que a recolha de informação não foi linear, devido às especificidades dos contextos e o respeito à individualidade de cada criança. Somado a este fator, as respostas e reações dos entrevistados foram interpretadas tendo em conta a pertinência da teoria apresentada neste trabalho.

Reconhecendo a importância da busca pela identidade da criança, torna-se necessário também reconhecer que as crianças encontram-se numa situação de

dependência face aos pais, cujo aspecto financeiro desta dependência é sublinhado por Cardoso, Espanha e Lapa (2009). Portanto, as respostas recolhidas tiveram o consentimento dos pais, está garantido o anonimato dos intervenientes, aos quais foram atribuídos letras e números.

Não houve recolha de dados através de inquéritos por questionário, porque este método não abre espaço para opiniões, importantes para o carácter exploratório e interpretativo desta pesquisa. O método qualitativo, escolhido para esta investigação, permite conforme sublinha Babbie (2016), que seja possível entender a vida da forma como os participantes do estudo a vêem. Interpretar os pontos de vista dos entrevistados sobre a utilização da internet através de uma perspectiva mais abrangente, que engloba o carácter contextual da infância, teve importância significativa neste trabalho.

Saramago (2004) procura explicar qual é o lugar da criança, e considera que está entre o espaço tido como adquirido pelos adultos e aquele que é reinventado nos modos de vida da criança. Portanto a pertinência de questionar adultos e crianças foi pela complementaridade dos actores e dos seus mundos. Para este efeito, elaborou-se um guião, anexado a este trabalho, que embora estruturado permite também um diálogo, coerente com os objetivos da pesquisa.

Optou-se por entrevistas individuais devido aos fatores que diferenciam os indivíduos em análise, nomeadamente, género, escolaridade, idade, contexto social e outros que pudessem ser pertinentes para a análise em questão. Quanto a variável contexto social, é importante referir a análise comparativa neste trabalho entre o estado brasileiro da Paraíba e a Região Metropolitana de Lisboa. As razões que levaram à escolha dos contextos para este trabalho foram, de primeira ordem, a minha vivência e familiaridade com estas regiões. Em segundo lugar, no caso da escolha do estado brasileiro da Paraíba, acresce que faltava dar voz àquela população. Sarmiento (2014) considera a universalidade dos contextos infantis, no sentido em que “ultrapassa consideravelmente os limites da inserção cultural de cada criança” (2014:12). O autor sustenta que as características inerentes à condição infantil ultrapassam as diferenças em termos de localidade, já que as crianças têm acesso aos mesmos produtos culturais, ainda que de forma desigual, e este é o principal argumento defendido para uma possível comparação da infância nestas regiões.

Importa também apresentar alguns dados importantes para a pesquisa nestas regiões: No Brasil, em 2018, 86% das crianças e adolescentes entre os 9 e os 17 anos eram usuários de internet, o que equivale a 24,3 milhões de indivíduos conectados. A proporção de utilização no Norte e Nordeste é de 75% para ambas as regiões. (TIC KIDS ONLINE 2018) De acordo com os dados do IBGE apresentados pelo jornal Globo, no Estado da Paraíba a média das famílias que utilizam a internet passou de 60,7% em 2016 para 72,2% em 2018 (G1, 2020). Em Portugal, de acordo com EU KIDS ONLINE (2019), em 2018, a média de acesso das crianças dos 9 aos 16 nos era de 87%. De acordo com o INE, em 2019, 80,9% dos agregados familiares em Portugal têm acesso à internet em casa, sendo a taxa de utilização a mais elevada na Área Metropolitana de Lisboa, com uma média de 86,5%. (INE, 2019). A densidade demográfica das duas regiões também é próxima, segundo o Censo do IBGE (2010) a população do Estado da Paraíba era de 3.766.528, e a população estimada para 2019 era de 4.018.127. A densidade demográfica equivale a 66,70 hab/Km². De acordo com os dados do INE, a população da área metropolitana de Lisboa é de 2.846.332.

Embora tenham sido feitas entrevistas individuais, com recurso à gravação, as respostas, transcritas, foram analisadas coletivamente, cuja importância deste tipo de análise é sublinhada por Duarte (2014).

Por fim, sublinha-se que as repostas das seis famílias, três do Brasil e três de Portugal, não são uma amostra probabilística nem representativa. A escolha dos entrevistados, embora estivesse de acordo com os indicadores necessários para a pesquisa, e dos quais as idades dos filhos também correspondessem ao critério, o método utilizado foi “bola de neve”, através do qual recorre-se a amigos e familiares dispostos a colaborar com a investigação. A seguir será apresentado um quadro, consoante os temas abordados no guião das entrevistas, associados aos autores correspondentes.

Quadro 6 1 - Operacionalização da teoria nas perguntas

Reflexão em prol do aprendizado	Prensky (2001)
Desenvolvimento cognitivo da criança	Livingstone (2009)
Literacia mediática e digital	EU KIDS ONLINE (2019)

Internet como instrumento de auto-expressão	(Caplan, 2003) admite uma possível correlação uso da internet e saúde psicossocial, de forma que esta pergunta busca compreender de esta questão é evidente no comportamento da criança ao usar a internet
Possíveis conflitos no seio familiar devido à discussão de conteúdos	(Santos, et al, 2018) aborda a questão das alterações sociais e da parentalidade positiva. De forma que a pergunta busca perceber os conflitos e relações intra-familiares
Modalidades de utilização da internet: Horas na internet Tipo de actividades desenvolvidas na internet Riscos Uso da internet para trabalhos escolares, pesquisa de informação e actividades criativas	EU KIDS ONLINE (2019)
Exposição a conteúdos	(Máximo e Sampaio, 2020) abordam os limites da privacidade infantil
Influências nas modalidades de utilização da internet das crianças	(Weber <i>et al</i> , 2006) destaca a figura materna como principal influência na educação dos filhos ao fazer uma comparação intergeracional
A representação das crianças como peritos digitais	A questão da desigualdade digital é também mencionada por DiMaggio e Hargittai (2001), assim como por Livingstone e Helsper (2005)
Conteúdo cívico	A participação cívica online é relacionada por (Leung, 2009) à poder psicológico
Relações sentimentalizadas entre pais e crianças	Vanessa Cunha (2007)

A representação da criança como autodidacta	Prensky (2001) Tapscott (1998)
---	-----------------------------------

6.1 – A análise do diálogo entre pais e filhos : Jogo de autoridade e autonomia

Como vimos anteriormente, através da internet é possível encontrarmos um cenário de disputa entre pais e filhos, no qual os filhos lutam para obter autonomia e talvez autoridade, conforme sublinham Sala e Blanco (2005), se obtiverem mais conhecimento sobre internet que os pais. Enquanto que os pais lutam para ter o controlo sobre os conteúdos que os filhos visualizam, no sentido de protegê-los de possíveis riscos associados à utilização prolongada da internet.

Para Burns e Flam (2000) existe um conjunto de regras no núcleo familiar que vão sendo desenvolvidas ao longo do tempo e são confrontadas com a utilização dos novos *media*. Nesta conjuntura, os jovens tornam-se cada vez mais “peritos” na utilização da internet, participam numa nova cultura tecno-social, destacada por Loader (2007), seja através das redes sociais online ou pela utilização das mensagens do telemóvel. Dentro deste sistema, pode haver o que alguns autores como Lapa (2014) designam por deslocação, que significa a possível troca na partilha de conhecimentos e culturas mediáticas entre pais e filhos. A adaptação e transformação das regras por parte dos pais no sentido de estarem inseridos nesta condição não implicam, entretanto, que algumas preocupações relativamente à segurança dos indivíduos deixem de estar presentes. Observaremos de acordo com as indicações relativas a cada entrevistado, as reações, opiniões e sentimentos expressos nas entrevistas referentes a esta partilha de conhecimentos e ao mesmo tempo o cuidado e a autoridade que os pais prezam para com os filhos:

Quadro 6 2 - Informação caracterizadora de cada entrevistado

A1 mãe, 40 anos, pós-graduação, enfermeira	A1 pai, 44 anos, pós-graduação, auditor fiscal contável	A1 filha, 7 anos,	
A2 mãe, ensino médio, 35 anos	A2 pai, 44 anos, ensino médio	A2 filho, 11 anos	A2 filho, 7 anos

A3 mãe, 38 anos	A3 pai, 45 anos, engenharia civil	A3 filho, 8 anos	
A4 mãe, 52 anos, advogada	A4 pai, mestrado, 57 anos	A4 filho, 8 anos	
A5 mãe, 40 anos, teologia	A5 pai, 42 anos, mestrado em teologia	A5 filho, 7 anos	A5 filha, 11 anos
A6 mãe, 42 anos, esteticista		A6 filho, 7 anos	A6 filho, 9 anos

Portanto algumas das regras intrafamiliares, conforme sublinha Burns e Flam (2000), poderão incluir a diminuição da exposição a situações de risco, como por exemplo, isolamento social (Jordan, 2002) e viciação (Vieira, 2008), identificados nesta pesquisa.

Destaca-se então os dois riscos mais frequentes aos quais as crianças estão susceptíveis, nomeadamente o isolamento e a mudança de comportamento, sendo mais frequente a raiva, quando confrontados com a dependência. Estes são alguns exemplos de reações dos pais face a observação de características associadas ao uso prolongado da internet. No primeiro exemplo, o pai A5 também destaca o sentimento do filho para com o progenitor quando confrontado com uma proibição:

- O meu filho tem dificuldade de perceber quando eu o proíbo de ver algum conteúdo na internet, tem mesmo raiva. Chora, às vezes grita, outras vezes recusa-se a nos responder. Mas depois se acalma, e eu consigo conversar com ele. Percebe que a proibição é para o seu bem e se acalma, sente-se amado (A5 pai, mestrado em teologia, 42 anos).

No próximo exemplo, é possível destacar não a reação que a criança apresenta pela utilização prolongada da internet, mas a forma como tem a necessidade de utilizar a internet como instrumento para expressar os seus sentimentos:

- Ela gosta muito de mostrar no *instagram* as brincadeiras que faz em casa. É engraçado que quando está mais feliz, nós percebemos, e quando se irrita com alguma bonequinha ou amiga, toda a gente consegue ver também (Mãe A1, 40 anos, enfermeira)

A família A4 comenta sobre a frustração da criança quando confrontada com a dificuldade de alcançar os seus objetivos na utilização da internet:

- Frustração por não achar exatamente o que procurava. No limite ele pede ajuda para soletrar algumas palavras que ele não consegue acertar na busca (Mãe A4, 52 anos, advogada).

De seguida comenta a forma como o filho A4 tem a necessidade de se isolar no seu espaço virtual através da utilização prolongada da internet e do uso dos fones de ouvido:

- Sim, a tendência é de que ele tente esticar as horas de internet e com o uso dos *headphones*, às vezes isso acontece. No entanto, durante o dia ele não pode usar os *headphones* e à noite o uso dos *headphones* está limitado a meia hora antes de deitar e dormir (Mãe A4, 52 anos, advogada).

Estas características observadas nas crianças estão muito próximas de sintomas de dependência da internet, que no entanto são monitorizadas e sempre que possível os pais controlam o uso excessivo da internet. Sobre o tema da dependência, importa apresentar alguns dados da pesquisa em Portugal, de forma que Ponte e Batista (2019) afirmam que 70% dos inquiridos sentiam-se aborrecidos quando não estavam a utilizar a internet, e 24% afirmaram já terem tido conflitos com a família e com os amigos pelo tempo passado na internet (Ponte e Batista, 2019: 48).

Cardoso, Espanha e Lapa (2009) ao explicarem a importância das crianças de adquirirem um espaço que é delas, que lhes permite fazerem escolhas perante a tecnologia, mencionam também o conflito que se estabelece no lar sobre quem tem mais conhecimentos de internet em casa, os pais ou os filhos, conhecimento este que pode ser complementar entre os intervenientes. Este é um exemplo de uma criança que considera ter mais conhecimentos que os pais na utilização da internet:

- Acho que sou eu que tenho mais conhecimentos sobre internet em casa, porque passo mais tempo na internet (A4 filho, 8 anos, 1º ciclo).

Entretanto fazer uma utilização mais lúdica da internet, característica associada às crianças, não significa que tenham mais conhecimentos sobre internet que os seus pais, conforme sublinha Sala e Blanco (2005), pois os adultos têm uma percepção mais associada ao estatuto social ou como ferramenta de trabalho (Rivoltella 2006). Tendo em conta esta diferenciação, faz todo o sentido que o grupo de pares, os amigos, sejam uma influência alternativa na escolha de conteúdos a serem visualizados. Entre estes conteúdos estão, com uma importância significativa, os jogos, os *youtubers* ou vídeos

do *youtube* sobre conteúdos diversos e redes sociais (Cardoso, 1998, 2006). Dentre os exemplos de crianças na pesquisa que dão preferência aos jogos, os rapazes estão na linha da frente, e citam desde os mais clássicos *Minecraft*, *Mário*, *Spider Man*, a jogos mais variados como *Fortnite*.

Já entre as crianças que preferem os *youtubers*, destaco a família A1, que sublinha a preferência da filha por um *youtuber*. Conforme sublinhado no parágrafo anterior, esta preferência segue a sugestão dos amigos, de forma que podemos então perceber a importância do grupo de pares nas escolhas de conteúdos do agente infantil:

- A nossa filha gosta muito de assistir o Lucas Neto, e outros *youtubers* que os amiguinhos lhe indicam, mas sempre com a nossa monitorização (Pai A1, 44 anos, Auditor fiscal contável).

Esta importância da influência dos grupos de pares, para além dos pais, no acesso das crianças aos conteúdos, corrobora com os dados do estudo EU KIDS ONLINE (2019), para o qual em cerca de três quartos dos inquiridos portugueses, 72% declaram ser bastante ou mesmo verdade que os amigos os ajudam quando precisam. Quando as coisas correm mal, 78% sentem que podem contar com os mesmos e são, a seguir aos pais, o maior apoio das crianças quando algo os incomoda na internet (2019: 56). Os amigos os ajudam a explorar e a encontrar novas coisas na internet, ao mesmo tempo que também ajudam a solucionar problemas.

Outros exemplos da importância dos amigos nas escolhas de conteúdos são as utilizações de redes sociais online em casa, das quais algumas crianças deste estudo destacam comentários relativamente a esta utilização. O primeiro exemplo é de uma criança que acede ao *instagram*. Embora não tenha a idade permitida para este acesso, fá-lo com a permissão e monitorização dos pais. O *instagram* é uma rede social online cujo acesso tem crescido substancialmente no Brasil, principalmente entre as crianças mais novas, sendo mais frequentemente utilizado por crianças com maior nível socioeconómico (TIC KIDS ONLINE 2018):

- Eu gosto de publicar fotos e vídeos com os meus brinquedos, com as minhas amigas e também com os meus pais. Também não me importo e gosto, quando são eles que publicam fotos comigo (A1 filha, 7 anos).

Entretanto as considerações sobre o uso de redes sociais não se restringem às publicações das crianças. Os pais também apresentam o hábito de publicar fotos da família que incluem os filhos, prática designada de *sharenting* (Brito, 2019). Algumas crianças deste estudo apontaram descontentamento face a esta prática, por exemplo o filho A5 não gosta que as suas fotos sejam publicadas no facebook:

- Sinto-me feio e não gosto de ver os comentários que as pessoas fazem, é chato (A5 filho, 7 anos).

O filho A2, também de 7 anos, não gosta que as suas fotos sejam publicadas porque se auto-perceciona como não fotogénico. Já o seu irmão, de 11 anos, comunica-se com os amigos através do *whatsapp*, prática também monitorada pelos encarregados de educação pois ainda não apresenta a idade permitida para a utilização das redes sociais online. Estas crianças são exemplos que corroboram com o estudo EU KIDS ONLINE (2019), cujos dados revelam que 13% dos inquiridos com pouca variação de idade e género, afirmam sentirem-se incomodados com a partilha de imagens deles feitas pelos pais nas redes sociais online (Ponte e Batista, 2019: 46).

A questão da percepção sobre exposição poderá ser associada à luta pela autonomia, pela conquista deste espaço que não é físico, é virtual (Haddon, 2002), e é onde a criança busca sua auto-afirmação, sua identidade. Neste espaço, os pais, ao exercerem a autoridade, decidem, ainda que sem o consentimento dos filhos, expô-los nas redes sociais online, mas falta considerar as escolhas, constrangimentos e interações com os amigos aos quais as crianças sujeitam-se. Quanto mais velhos, maior o peso da contradição entre autonomia e controlo dos pais, controlo este que também é exercido pelo fator económico, conforme refere Pappámikail (2004), sublinhado por Cardoso, Espanha e Lapa (2009) e Lapa (2014). Ser autodidata pode ser uma forma de conquistar este espaço de identidade, através da autonomia na procura de conteúdos online. E esta característica é apontada por alguns pais:

- Ela aprende a usar internet por conta própria (Pai A1, 44 anos, pós-graduação, auditor fiscal contável).

- Meus filhos usam a internet sozinhos para pesquisas escolares, desde história a matemática (A5 Pai, mestrado em teologia, 42 anos)

Ser autónomo entretanto não significa já obter todas as competências necessárias para uma avaliação crítica dos conteúdos que visualizam, competência sublinhada pelos autores Livingstone (2004) e Cardoso (2013). Esta componente nas crianças também está muito dependente do tipo de literacia mediática que os pais apresentam, e nem todos os pais apresentam a competência necessária para fazer esta avaliação crítica. Um parâmetro de análise da literacia é o nível de escolaridade dos pais, ou a percepção da necessidade de utilização da internet para fins específicos, como a produção de conteúdo cívico pela criança, conforme sublinha Lopes (2013):

- Nunca pensei por este lado, não, acho que pela internet não (A1 mãe, enfermeira, 41 anos).

Neste caso, os pais são céticos em relação ao potencial dos filhos, como podemos observar na seguinte citação:

- Não acho que eles aprendam conteúdo cívico através da internet, penso que a internet não seja uma boa influência neste sentido. O conhecimento que eles adquirem sobre cidadania somos nós que transmitimos (A5 pai, mestrado em teologia, 42 anos).

No próximo exemplo, podemos observar que embora os pais valorizem a produção de conteúdo cívico, esta apenas é desenvolvida através do exemplo que os pais dão aos filhos, e não através da internet:

- A intervalos regulares ele separa, limpa e embala junto com a mãe roupas, calçados e brinquedos, que serão doados para outros, mais necessitados. Participa de quase todos os eventos cívicos nos quais a escola se envolve (Mãe A4, 52 anos, advogada).

A necessidade de produção de conteúdo cívico é sugerida por Verniers (2009), ou Leung (2009). A pertinência desta questão insere-se na ideia de que todos nós temos acesso à tecnologia, todos nós podemos ser potenciais contribuidores e produtores de conteúdos. Neste sentido, ao invés de produzirmos conteúdo de carácter unicamente individual, porque não contribuirmos para o coletivo, no sentido de produzir e fomentar conteúdo que contribua para a sustentabilidade de uma sociedade democrática? Esta é a questão que fica em aberto e que este estudo também esforçou-se por compreender, através dos entrevistados e como consideram esta questão mais abrangente na educação dos seus filhos.

Ainda relativamente ao nível de escolaridade dos pais, é possível perceber que este é um fator importante ao diferenciarmos o tipo de mediação praticada pelos encarregados de educação. Conforme sublinha Livingstone e Helsper (2009), as mediações podem ser ativa, restritiva ou de uso compartilhado, a que também se acrescenta a mediação técnica pelo estudo EU KIDS ONLINE (2019). Niken e Jansz (2006) sublinham que os pais com maior nível de escolaridade são os que praticam mais mediação ativa, enquanto os pais com menor nível de escolaridade praticam mais mediação restritiva, até porque os filhos passam mais tempo a jogar. Esta característica é perceptível na pesquisa, pois como podemos observar, este é um exemplo de mediação restritiva, no qual a mãe apresenta menor escolaridade:

- Eu não permito que o meu filho veja conteúdos de terror porque depois fica assustado, pensa que as pessoas podem lhe fazer mal como os monstros dos jogos fazem aos bonecos (A2 mãe, ensino secundário, 35 anos).

Já nestes exemplos os pais apresentam maior escolaridade e têm outra percepção sobre a forma como devem educar a criança, optando pela mediação ativa:

- Eu tenho cuidado para que os *youtubers* que ele segue sejam uma influência positiva para ele, não quero que idolatre um personagem que lhe passe uma mensagem negativa (A4 mãe, advogada, 52 anos).

- Damos os padrões para que depois nos vários conteúdos tenham o cuidado de filtrar (A5 pai, mestrado em teologia, 42 anos).

Entretanto na família A2 há diferenças entre os progenitores, não no tipo de mediação que colocam em prática, sendo esta restritiva, mas na forma como exercem essa mediação. O pai controla os conteúdos aos quais os filhos têm acesso através de uma maior vigilância, permitindo assim que o filho utilize o seu número para o *whatsapp*. Como foi indicado, as crianças A2 têm idade menor do que a permitida para o uso das redes sociais online, mas fazem-no através da mediação dos pais:

- Eu sei de todas as conversas do meu filho com os amigos, porque o *whatsapp* que ele usa é o meu, e sou notificado de todas as conversas (A2 pai, 44 anos, ensino secundário).

O pai A2 também pratica mediação de uso compartilhado, ao jogar com os filhos e assistir os desenhos com os mesmos. Acredita que desta forma, poderá estar mais presente e participativo nas escolhas das crianças em termos de conteúdos e poderá também protegê-las de alguns riscos:

- Eu e as crianças gostamos muito de jogar jogos que eram da minha época, assim como desenhos também. Então se aparece algum boneco ou monstro que perturba o mais novo, eu consigo perceber e explicar logo que ele não deve ter medo (A2 pai, 44 anos, ensino secundário).

A mãe entretanto utiliza como estratégia parental a vigilância do filho mais velho sobre o mais novo, pois apresenta poucos conhecimentos sobre tecnologia, conforme podemos analisar nessa afirmação:

- O meu filho gosta de se isolar para assistir os desenhos dele no tablet. Eu não sei mexer naquilo, por isso peço ao irmão mais velho que vigie o que ele está vendo. (Mãe A2, ensino médio, 35 anos).

Agora que já distinguimos quais as famílias que praticam maioritariamente cada tipo de mediação, importa aprofundarmos a questão sobre quais são as famílias, a começar pelos pais, que estão mais preparados para promover um tipo de intervenção no ensino, nomeadamente mediação, que poderá dar uma resposta adequada às novas tecnologias. Esta análise será feita através da percepção se existe incentivo à avaliação crítica sobre os conteúdos que são acedidos pela família, e mais especificamente pela criança.

Voltemos à perspectiva determinista de Prensky (2001), na defesa de que as crianças apreendem o conhecimento de forma diferenciada relativamente às gerações anteriores, e os pais e educadores são imigrantes digitais, estão despreparados para educar a nova geração. Percebemos ao longo da pesquisa que este argumento foi refutado por vários autores, pois existem outros fatores, nomeadamente a mudança no contexto social, relacionada à estrutura da família e a alteração na concepção de infância, atribuindo-lhe centralidade (Almeida 2000; Cunha, 2007), que complementam as razões pelas quais a perspectiva de que a tecnologia é o fator que modifica a sociedade é contestada. Para além de que pudemos perceber que o conceito de imigrantes digitais está ultrapassado, tendo em conta que existem uma série de variáveis

sobre a diferença na utilização da tecnologia, como a literacia (Buckingham, 2006). No entanto, a noção de literacia é multidimensional, e Gee (2008) por exemplo defende a importância da aprendizagem através dos jogos, para a qual o novo sistema de ensino deve se adaptar. Portanto qual a maneira mais acertada de educar estas crianças? Quais as decisões que devem ser tomadas pelos progenitores no sentido de conseguirem obter a atenção das crianças, a mesma atenção que têm para os jogos e para as redes sociais, em outras atividades?

Este é um tema de interesse para Goleman (2014), que atribui particular importância à capacidade do ser humano de estar focado, não apenas na ideia principal de uma apresentação, por exemplo, mas durante um logo período de tempo. Rodeados pela nova tecnologia, os jovens podem não conseguir concentrar-se num diálogo. O autor considera que estes jovens não percebem a necessidade de criar empatia, de interagir, e demonstram a urgência em consultar os telemóveis, as mensagens que recebem. Estão em jogo inúmeras operações mentais ligadas à capacidade de ter atenção, e entre estas está a compreensão, para além da memória, aprendizagem, como nos sentimos e porquê, e a leitura das emoções de outras pessoas (2014:9). Consideremos como componente da avaliação crítica a capacidade de compreensão. Uma das questões desta pesquisa foi identificar de que forma os pais incentivam os filhos a refletir de maneira pró-ativa, com o objetivo de compreender a realidade em que estão inseridos e saberem como contribuir para esta. Estes são alguns exemplos de respostas sobre esta temática:

- Nunca os vi parar para pensar (Pai A5, 42 anos, mestrado em teologia). Esta resposta contrasta entretanto com a literacia mediática que o progenitor demonstra apresentar:
- Não há diferenças significativas entre mim e os meus filhos, considero que sei bastante de internet, inclusive ajudo outras pessoas quando precisam de orientação sobre internet (Pai A5, 42 anos, mestrado em teologia).

Pode-se partir da hipótese que este pai apresenta conhecimentos técnicos sobre a utilização da internet, mas poderá faltar a reflexão sobre a utilização destes conteúdos, característica portanto que tendo em conta a importância da avaliação crítica, não será transmitida aos filhos. Consideremos entretanto que os pais não são a única influência dos filhos, e a característica de à partida não pararem para pensar poderá ser observada nos amigos ou através de outra influência. Consideremos também que há um esforço de

diálogo na família, como foi possível analisar anteriormente, este pai esforça-se por praticar mediação ativa. Já a família A4 incentiva que o filho tente compreender o porque das questões, nas mais variadas atividades, não apenas no uso da internet:

- O tempo para reflexão é paralelo ao aprendizado em si, pois ele questiona e pergunta muito quando está a estudar a lição de casa (Mãe A4, 52 anos, advogada).

No caso da família A3, é praticado o ensino domiciliar. Os pais são responsáveis pela educação do filho, e a internet não é uma plataforma de entretenimento para a família. Os pais incentivam que o filho crie seus próprios jogos e brincadeiras, sendo a única utilidade da internet como fonte de informação. Os progenitores fazem-no entender que “há um tempo certo para obter determinada informação”. Incentivam-no a ser autodidata na procura de conhecimento, e acreditam que dão as ferramentas necessárias para que o filho reflita de forma “ilimitada” sobre os conteúdos aos quais tem acesso:

- Introduziremos a internet na vida dele quando acharmos que tem maturidade para tal. Tornando-se autodidata terá capacidade de procurar a informação que necessita sozinho (Pai A3, 45 anos, engenheiro civil).

A autonomia é uma característica apontada pela família A1 na filha. Embora não haja compreensão desta família sobre a necessidade de produção de conteúdo cívico pela internet, são incentivadas atividades paralelas para a criança, nomeadamente a leitura, considerada equiparada à reflexão para estes pais:

- A nossa filha é curiosa e gosta de buscar conteúdos e aprender por ela própria, por isso é autónoma na utilização da internet, inclusive para trabalhos escolares, e adquiriu o hábito de ler na cama trinta minutos antes de adormecer, sem que ninguém lhe peça (Mãe A1, 40 anos, enfermeira).

A atenção é um exercício, mas também é uma capacidade, e sobretudo é uma escolha. Se por um lado somos confrontados com os “efeitos” das novas tecnologias, por outro lado não somos receptores inertes de informação. Somos confrontados diariamente com escolhas para as quais teremos respostas diferenciadas, tendo em conta o privilégio, o histórico estudantil, a influência do contexto familiar, e outros. Entretanto, optemos por uma perspectiva optimista, na qual podemos ver a internet como uma oportunidade. Uma oportunidade para aceder a conteúdos tendo em conta

uma escolha consciente, ou uma oportunidade para refletir, após a escolha do conteúdo, se terá sido a opção mais acertada, e se não for, buscar acertar para a próxima. Esta é uma oportunidade para que a influência mútua entre pais e filhos promova um diálogo consciente, que contribua para o desenvolvimento do indivíduo. A próxima afirmação é um exemplo de compreensão dos pais perante a busca da criança por desenvolver o seu espaço de autonomia, seja através da realização de atividades online ou outras:

- Ele tem a facilidade de se concentrar rapidamente em um assunto, no caso de comunicação visual, e isso inclui a leitura da qual ele gosta muito. Achamos natural ele perder um pouco a noção de espaço/tempo quando está imerso em leitura, vídeo ou cartoon (A4 mãe, advogada, 52 anos).

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, foi possível analisar a importância da internet como cenário perante o qual pais e filhos confrontam-se no sentido de adquirir o controlo, e no caso dos filhos, desenvolver a autonomia. Entretanto, as regras do jogo exigem um conhecimento sobre a utilização da internet, conhecimento este que não é apenas pragmático, engloba a capacidade de análise crítica sobre os conteúdos. Esta capacidade poderá ser adquirida através do diálogo intra-familiar, pelo que torna-se essencial a prática de uma mediação mais ativa. Percebe-se, de acordo com a pesquisa, que todos os entrevistados esforçam-se no sentido de praticar este tipo de mediação, todos buscam conversar com os filhos sobre os conteúdos visualizados, explicam o porquê da proibição dos conteúdos, portanto é uma prática comum entre todos os pais e filhos.

O dilema entretanto consiste em perceber se este diálogo de fato contribui para que as crianças façam uma escolha consciente sobre os conteúdos que visualizam ou produzem. Neste sentido, a avaliação consistiu no encadeamento das questões de forma a se perceber se a criança consegue desenvolver alguma autonomia e como, e finaliza com questões sobre a importância que atribuem à produção de conteúdo cívico e à reflexão sobre os conteúdos. Nestas questões, houve diferenças nas respostas, relacionadas não só à escolaridade dos pais, como também com a literacia que apresentam relativamente à utilização da internet.

Foi possível perceber diferenças entre as respostas dos pais com formação académica e aqueles que apenas apresentam o ensino secundário. Entre os pais licenciados existe uma maior valorização da autonomia dos filhos na escolha dos conteúdos, no sentido em que dão-lhes as diretrizes e esperam que as crianças tenham discernimento. Os pais que apenas apresentam o secundário tendencialmente vigiam mais a visualização dos conteúdos e são mais controladores. Entretanto as respostas não são consensuais sobre a importância da reflexão sobre os conteúdos, nem sobre a importância da produção de conteúdo cívico. Algumas respostas reportaram a outras competências, como a leitura, sendo pouco evidentes quanto ao que lhes fora questionado, até porque alguns pais reconheceram nunca terem pensado sobre estes assuntos.

Ao avaliar a utilização da internet pelas crianças, foi possível perceber que a utilização para o entretenimento é a mais frequente. Neste parâmetro, a pesquisa evidenciou que o uso das redes sociais principalmente pelas crianças mais novas, tem se tornado mais frequente. Sobressai no entanto, que as respostas diferenciam consoante os entrevistados, pois embora haja um consenso sobre a naturalidade do uso de redes sociais, nem todas as crianças sentem-se à vontade com as publicações dos pais nas quais aparecem fotos da família.

Os resultados levam-nos a afirmar que existe um esforço de diálogo entre pais e crianças dos primeiros e segundos anos do primeiro ciclo, entretanto levanta-nos a questão, que apenas pode ser respondida em parte nesta pesquisa, se o diálogo tem contribuído para uma avaliação mais crítica dos conteúdos visualizados pelas crianças. No entanto, conclui-se que os pais têm importância substancial como influência sobre conteúdos aos quais as crianças têm acesso, e a mediação, seja qual for, contribuirá sempre para a disputa entre a autoridade dos pais e a autonomia que as crianças precisam desenvolver.

A mediação ativa entretanto consiste numa oportunidade de debater os conteúdos visualizados com os filhos, de estarem mais próximos dos anseios e receios das crianças, ouvindo-lhes e dando-lhes atenção. Sendo uma forma de partilha, incentiva uma compreensão em conjunto, fomenta a reflexão perante a escolha de conteúdos a serem visualizados ou criados. Ultrapassa a barreira da escolaridade, na medida em que promove um entendimento mais alargado, sobre o qual a observação é essencial. Contribui para o ensino, na medida em que permite que os pais e filhos falem uma mesma linguagem. Possibilita uma redução da exposição aos riscos, assim como pode conscientizar os pais sobre o possível desconforto dos filhos em relação ao *sharenting*.

Como desafio da investigação, sublinha-se a subjetividade da interpretação e análise das entrevistas, tendo em conta o contexto e a singularidade dos indivíduos que contribuíram para este estudo. Acrescenta-se que também consiste numa oportunidade de aprofundar o tema e incentivar análises posteriores que possam ser mais detalhadas e incluam métodos complementares.

BIBLIOGRAFIA

- Alexander, J. (1986). The form of substance: The senate Watergate hearings as ritual. In Ball-Rokeach, & Cantor, *Media, audience and social structure*. Londres: Sage.
- Almeida, A. N. (2000). A Sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes. *Fórum Sociológico*, 3/4 .
- Almeida, J. F. (1996). *Jovens de Hoje e de Aqui: Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures.
- Almeida, J. F., & Costa, A. F. (1990). *Valores e Representações Sociais (Portugal - os próximos 20 anos)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ariès, P. (1981). *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Aroldi, P., & Colombo, F. (2007). *Generational belonging and mediascape in Europe*. Obtido de Journal of Social Science in Europe, 1(6), 34-44: <http://www.jsse.org/2007/2007-1/pdf/aroldi-colombo-mediascape-1-2007.pdf>
- Aroldi, P., & Colombo, F. (2003). *La età della Tv*. Milão: VP Università.
- Babbie, E. (2014). *The practice of Social Research*. Boston: Cengage Learning.
- Blum-Ross, A., & Livingstone, S. (2018). Imagining the future through the lens of the digital: parent's narratives of generation change. In Z. Papacharissi, *A networked self: birth, life, death* (pp. 50-68). Nova York: Routledge.
- Bourdieu, P. (1982). Les rites comme actes d'institution. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (p. 43).
- Bovill, M., & Livingstone, S. (2001a). *Children and Their Changing Media Environment. A European Comparative Study*. Mahwah, NJ & Londres: Lawrence Erlbaum Associates, 3-30.
- Brito, I. M. (2019). *As práticas de sharenting nos sítios de redes sociais: Limites para a partilha de conteúdo online*. Obtido de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19875/1/Master_Ines_Ferreira_Brito.pdf
- Bryant, J. A., Sanders-Jackson, A., & Smallwood, A. (2006). IMing, Text, Messaging, and Adolescent Social Networks. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 11 (2) , pp. 577-592.
- Buckingham, D. (2006). Is there a digital generation? In D. Buckingham, & R. Willett, *Digital Generations: Children, Young People and New Media* (pp. 1-18). New York: Erlbaum.
- Caplan, S. (2003). Preference for Online Social Interaction: A Theory of Problematic Internet Use and Psychosocial Well-Being. *Communication Research* 30(6) , pp. 625-648.
- Cardoso, G. (2006). *Os media na Sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Cardoso, G., Espanha, R., & Lapa, T. (2013). Dinâmicas Familiares e Mediação: Crianças, Autonomia e Controlo. In G. Cardoso(coord), *A Sociedade dos Ecrãs* (pp. 123-155). Lisboa: Tinta-da-China.
- Cardoso, G., Espanha, R., & Lapa, T. (2009). *Do quarto de dormir para o Mundo: Jovens e Media em Portugal*. Lisboa: Âncora Rdeitora.
- Cardoso, G., Espanha, R., & Lapa, T. (2007). *E-Generation: Os usos de Media pelas crianças e jovens em Portugal*. Lisboa: CIES-ISCTE, Relatório de Pesquisa.
- Crystal, D. (2006). *Language and the internet*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cunha, V. (2007). *O lugar dos filhos*. Lisboa: ICS.
- Dias, P. (2007). O impacto do telemóvel na sociedade contemporânea: panorama de investigação em Ciências Sociais. *Comunicação e Cultura*, n^o3 , pp. 77-96.
- Dickinson, R., Murcott, A., Eldridge, J., & Leader, S. (s.d.). Breakfast, Time, and 'Breakfast Time': Television, Food, and the Organization of Consumption. *Television & New Media* 2(3) , pp. 235-256.
- DiMaggio, P., & Hargittai, E. (2001). *From the digital divide to 'digital inequality:studying internet use as penetration increases*. Princeton: Center for Arts and Cultural Policy Studies.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, n.24 , pp. 213-225.
- Gee, J. P. (2008). *What Video Games Have to Teach Us About Learning and Literacy?* Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Goleman, D. (2014). *Foco: O motor oculto da excelência*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Gunter, B. (2000). *Media Research Methods*. Londres: Sage.
- Haddon, L. (2002). *From mobile to mobility: the consumption of ICTs and mobility in everyday life*. Obtido de COST269 Mobility Workgroup: <http://cost269.free.fr/cost_main.htm>
- Horzum, M. b., & Bektaş, M. (2013). Examining the Internet Use Aim and Internet Parental Style of Primary School Students in Terms of Various Variables. *Croatian Journal of Education*, 16(3) , pp. 745-778.
- Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2019*. (2019). Obtido de Instituto Nacional de Estatística: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354447153&DESTAQUESmodo=2
- Internet é utilizada em 72% dos domicílios da Paraíba, segundo IBGE. (2010). *GI* .
- Jiang, X. F. (2020). The impact of parental active mediation on adolescent mobile phone dependency: A moderated mediation model. *Computers in Human Behaviour* , 1-9.
- Jordan, A. (2002). A family systems approach to examining the role of the internet in the home. In S. Calvert, A. Jordan, & R. Cocking, *Children in the digital age: influences of electronic media on development*. Westport, CT: Praeger.

- Lapa, T. (2014). *A Infância em Rede: Media e quadros de existência infantis na Sociedade em Rede*. Obtido de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12331/1/DOCTORAMENTO_FINAL_Repositorio.pdf
- Lasen, A. (2001). *The social shaping of fixed and mobile networks: A historical comparison*. Reino Unido: Digital World Research Center, University of Surrey.
- Lee, L. (s.d.). Young people and the internet: From theory to practice. *Young 13(4)* , pp. 315-326.
- Lenhart, A., Purcell, K., & Smith, A. (2010). *Social Media and Mobile Internet Use among*. Washington, DC: Pew Research Centre.
- Ling, R., & Yttri, B. (2002). Hyper-coordination via mobile phones in Norway. In J. Katz, & M. Aakhus, *Perceptual contact, mobile communication, private talk, public performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ling, R., & Yttri, B. (2000). *Nobody sits at home and waits for the telephone to ring: Micro and hyper-coordination through the use of the mobile telephone*. Noruega: Telenor.
- Livingstone, S. (2004). What is Media Literacy. *Intermedia n°32(3)* , pp. 18-21.
- Livingstone, S. (2002). *Young People and New Media: Childhood and the changing media environment*. London: Sage publications.
- Livingstone, S., & Helsper, E. (2007). Gradations in digital inclusion: children, young people and the digital divide. *New Media & Society, 9(4)* , pp. 671-696.
- Lobo, C. (1995). Do recasamento às estratégias de recomposição familiar. *Sociologia - problemas e práticas* , p. 18.
- Lopes, P. C. (2011). *Literacia (s) e literacia mediática*. Obtido de CIES E-Working Paper N° 110/2011: <http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP110_Lopes.pdf>
- Martinhão, M. S. (2018). *TIC KIDS ONLINE BRASIL*. São Paulo: Comitê Gestor da internet no Brasil.
- Meyrowitz, J. (1985). *No sense of place. The impact of electronic media on social behavior*. New York, Oxford: Oxford University Press.
- Ortoleva, P. (2004). O novo sistema dos Media. In J. P. Oliveira, G. Cardoso, & J. Barreiros, *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*. Lisboa: Quimera.
- Pais, J. M. (1998). *Geração e Valores na Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Pappámikail, L. (2004). Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. *Sociologia - Problemas e práticas, 46* , pp. 91-116.
- Peter, J., & Valkenburg, P. M. (2006). Adolescents' Internet use: testing the 'disappearing digital divide' versus the 'emerging digital differentiation' approach. *Poetics, 34(4-5)* , pp. 293-305.

- Pinto, M., & Sarmiento (coords.), M. (1999). As Crianças e os Media: Discursos, Percursos e Silêncios. In M. Pinto, & S. Pereira, *Saberes sobre as Crianças: Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998)* (pp. 109-124). Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Plant, S. (2001). *On the mobile: the effects of mobile telephones on social and individual life*. EUA: Motorola.
- Ponte (Coord.), C. (2018). *Boom digital? Crianças (3-8 anos) e ecrãs*. ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Ponte, C., & Batista, S. (2019). *EU Kids Online Portugal. Usos, competências, riscos e mediações da internet reportados por crianças e jovens (9-17 anos)*. EU Kids Online e NOVA FCSH.
- Prensky, M. (2001). Digital Natives, Digital Immigrants. In *On the Horizon* (pp. 1-6). MCB University Press, nº9(5).
- Qvortrup, J. (1994). *Childhood Matters: Social Theory, Practice and Politics*. European Centre Vienna: Avebury.
- Reeves, B., & Wartella, E. (2003). Historical trends in research on media and children 1900-1960. In J. Turow, & A. Kavanaugh, *The Wired Homestead*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Rivoltella, P. C. (2006). *Screen Generation. Gli adolescenti e le prospettive dell'educazione nell'età dei media digitali*. Milão: Vita e Pensiero Università.
- Sánchez-Blanco, C., & Sala, B. X. (2007). Los niños y sus pantallas ¿quién será capaz de mediar. *Los desafíos de la televisión pública en Europa: actas del XX Congreso Internacional de Comunicación* (pp. 715-725). Navarra: EUNSA.
- Saramago, S. (2001). Metodologias de Pesquisa Empírica com crianças. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 35, pp. 9-29.
- Sarmiento, M. J., & Pinto, M. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In M. J. Sarmiento, *As crianças - contextos e identidades*. Braga: Instituto de Estudos da Criança.
- Scheufele, D. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, 49(1), pp. 103-122.
- Schiller, H. (1996). *Information inequality*. Nova York: Routledge.
- Silva, E., & Smart, C. (1999). The 'new' practices and politics of family life. In E. Silva, & C. Smart, *The new family?* Londres: Sage.
- Simões, J. A., Ponte, C., Ferreira, E., Doretto, J., & Azevedo, C. (2014). *Net Children Go Mobile: Crianças e meios digitais móveis em Portugal*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- Taberbero, C., Sánchez-Navarro, J., & Tubella, I. (2008). The Young and the internet: Revolution at home. When the household becomes the foundation of social-cultural change . *Observatório (OBS*)* 6 , pp. 273-291.
- Tapscott, D. (1998). *Growing up digital: the rise of the net generation*. Nova York: McGraw-Hill.
- Taylor, A., & Harper, R. (2001). *The gift of the gab?: A design sociology of young people's use of 'mobilize'!*. Reino Unido: Digital World Research Center, Universidade de Surrey.
- Torres, A. (1996). *Divórcio em Portugal - ditos e interditos*. Oeiras: Celta.
- Torres, A., & Lapa, T. Familia y jóvenes en Europa. Convergencia y diversidad. In *Revista de Estudios de Juventud*, 90. injuve (Instituto de la Juventud), Governo de España, Ministerio de Igualdad: 11-32.
- Valkenbug, P. M., Schouten, A., & Peter, J. (2005). Adolescents' identity experiments on the internet. *New Media & Society*, 7(3) , pp. 383-402.
- Vaz, A. F. (s.d.). *Game-móvel: da comunicação ao entretenimento: as representações e os usos do telemóvel pelas crianças entre os 8 e os 11 anos*. Obtido de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12812>
- Verniers, P. (2009). *Media literacy in Europe: Controversies, challenges and perspectives*. Bruxelas: EuroMeduc.
- Vieira, N. (2008). As Literacias e o Uso Responsável da internet. *Observatório (OBS*)*, 5 , pp. 193-209.
- Weber, L., Selig, G., Bernardi, M., & Salvador, A. P. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações - Transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35) , pp. 407-414.

ANEXOS

ANEXO A- Guião de entrevista para os pais

- Qual a sua escolaridade? Qual a idade do seu filho/a?
- Quantas horas por dia o seu filho/a passa na internet? Este mesmo tempo também é distribuído para outras atividades educacionais ou recreativas?
- Qual a atividade que desenvolve na internet, jogos online, redes sociais ou visualização de conteúdos no youtube? Prefere computador ou tablet? Porque?
- Quem na família tem mais atenção aos conteúdos na internet que a criança tem acesso em casa? Porque?
- Qual a maior ou as maiores influências da criança para a utilização da internet? (colegas, pais, ou ídolos na internet)
- Acha que a internet distancia a criança de si?
- Já evidenciou algum tipo de risco, como:
 - Dependência?
 - Mudança de comportamento (stress, raiva)?
 - Isolamento?
 - Concentração limitada?
 - Amizades indesejadas?

Responder quais destes já evidenciou e explicar se possível.

- Quais são as restrições que impõe ao seu filho/a para o uso da internet?
- Quais as competências que acha que seu filho/a adquiriu através do uso da internet? (leitura, escrita, desenho, destreza motora através de jogos, sociabilidade, criatividade, imaginação, autonomia ou outras) Se acha que não adquiriu competências, explique porque.
- Qual o tempo que a sua criança despense para reflexão em prol do aprendizado?

- Considera que a assimilação de conhecimentos da criança é diferente da sua naquela idade?
- Utiliza a internet para trabalhos escolares/pesquisa de informação?
- E para atividades criativas, como aprendizagem musical ou desenho?
- Faz alguma atividade que produza conteúdo cívico? Considera que é importante uma criança desenvolver conteúdo que lhe ensine a ser um melhor cidadão?
- Acha que é um instrumento de auto-expressão (uso para exprimir o que sente) para o seu filho/a?
- Acha que a utilização da internet permite o desenvolvimento cognitivo da sua criança?
- Seu filho/a já reclamou da exposição através de fotos publicadas da família nas redes sociais?
- Tem tempo para conversar sobre os conteúdos visualizados pelo seu filho/a na internet?
- Considera que seu filho/a tem dificuldade de falar sobre o que vê na internet por achar que os pais sabem menos?
- Que tipo de conselhos já deu ao seu filho/a sobre a utilização da internet?
- Já teve oportunidade de conversar com o filho sobre os conteúdos visualizados na internet?
- De que forma se desenvolveu a conversa? Houve rápida assimilação da criança ou resistência ao assunto?
- Costuma incentivá-lo ou desencoraja-lo a aceder a conteúdos, ou seja, qual é o seu posicionamento mais frequente entre estas duas opções? Porquê?
- Quantas vezes conversou com a criança sobre este assunto?

- Já explicou à criança como utilizar determinada aplicação ou ela aprende por si mesma?
- A discussão de conteúdos já promoveu conflitos no seio familiar?
- De que forma a conversa influenciou no afeto da criança para consigo? Sentiu-se mais amado ou mais odiado?
- Sente que o seu filho está tornar-se mais esperto/a a esconder as suas atividades na internet?

ANEXO B – Guião de entrevista para as crianças

- Qual o teu nome, a tua idade e a tua escolaridade?
- Aprendes muitas coisas na internet? O que por exemplo?
- Quem tem mais conhecimentos sobre a internet na sua casa, tu ou os teus pais?
- O que mais gostas de fazer na internet?
- Achas que o teu pai ou a tua mãe te proíbem de fazer muitas coisas na internet?
- Querias que os teus pais fossem mais calmos a conversar contigo sobre o uso da internet?
- Quem te ensina e te mostra mais aplicações na internet?
- Costumas fazer amiguinhos quando estás online?
- Já fizeste alguma coisa na internet que depois te arrependeste? O quê?
- Gostas quando os teus pais publicam fotos contigo nas redes sociais?
- Achas que gastas muito tempo na internet quando podias estar a fazer outras coisas?